

À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N° , DE 2019

Do Sr. Deputado Federal Padre João

Requer a realização de Audiência Pública para discutir sonegação de tributos por empresas de mineração

Senhor Presidente,

Requeiro à V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para discutir sonegação de tributos por empresas de mineração, que por meio de manobras comerciais, como o praticado pela mineradora VALE, com fundamento nos Estudos do Instituto de Justiça Fiscal, deixam de pagar impostos nas exportações de minério de ferro.

Para tanto solicitamos sejam convidados os seguintes representantes:

Representante do Instituto de Justiça Fiscal (IJF)

Representante da Receita Federal

Representante da VALE S/A

Representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Representante do Tribunal de Contas da União

Representante da Procuradoria Geral do Ministério Público

JUSTIFICAÇÃO

Em notícia publicada pela UOL (doc. em anexo), a empresa Vale S. A. deixou de pagar R\$ 23 bilhões em impostos nas exportações de minério de ferro, no período de 2009 e 2015, conforme estudos do Instituto de Justiça Fiscal, valor duas vezes maior que o confiscado, após a tragédia de Brumadinho (MG). A audiência pública é essencial para que a Receita Federal informe à Câmara dos Deputados os encaminhamentos de fiscalização realizados. Conforme matéria:

Mineradoras têm negócios em Cayman, Ilhas Virgens e Dinamarca. A manobra fiscal usa a Suíça como entreposto das empresas. Do Brasil, a mineradora embarca minério de ferro para China e Japão, os maiores consumidores do produto.”

A venda da carga destinada à Ásia é feita com um preço abaixo do mercado para o escritório que a própria Vale abriu na Suíça em 2006, em Saint-Prex. O escritório suíço revende a mercadoria com o valor correto aos asiáticos. Os navios não entram na Suíça, que se quer tem contato com o mar.

Como declara um valor menor, a Vale paga menos impostos no Brasil e economiza no mínimo, US\$ 6,2 bilhões (aproximadamente R\$ 23 bilhões), de acordo com o IJF. O valor se refere apenas ao Imposto de Renda e à CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido).

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares, para aprovação deste requerimento e realização desta relevante audiência pública.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2019.

Deputado Federal PADRE JOÃO